

## **PROPOSTA CURRICULAR PARA O ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA: CONSTRUÇÃO OU IMPOSIÇÃO?**

**Wagner Wey Moreira  
Leomar Cardoso Arruda  
Regina Simões**

**Resumo:** O objetivo foi compreender o processo de implantação da proposta curricular para a Educação Física no Ensino Fundamental, bem como identificar a organização curricular dos conteúdos para a área na rede municipal de Educação da cidade de Catalão-GO. O Currículo Referência Experimental de Educação Física para o Ensino Fundamental adotado pela Secretaria Municipal Estadual – SME foi analisado e realizou-se uma entrevista com oito professores de Educação Física e uma coordenadora pedagógica para identificar a forma de construção da proposta curricular e a organização curricular dos conteúdos. Os resultados, interpretados pela técnica de Análise de Conteúdo de Minayo (2002), evidenciou que a proposta não foi construída coletivamente e que há um descompasso entre o que foi instituído/proposto pela SME com o que é materializado no dia a dia do professor de Educação Física.

**Palavras-chave:** Proposta Curricular, Professor, Escola

### **Introdução**

Analisar a Educação Física escolar gera inquietações e tentativas de superarmos paradigmas e concepções que norteiam a prática docente, dentre elas a organização curricular, que, a partir das normatizações e/ou orientações dos órgãos que instituem as Políticas para a Educação em seu âmbito nacional, estadual e municipal, possibilitam a elaboração de programas curriculares para a mesma.

Os estudos de Marinho (1980, 2005) e Betti (2009) nos permitem identificar um panorama de como historicamente a Educação Física se configura no plano educacional brasileiro, e, descrevem como as primeiras propostas de introdução desta área na matriz curricular brasileira surgiram no ano de 1851 e como estas vão se configurando até o início da década de 1980.

A partir de meados da década de 1980, a Educação Física na escola passou a sofrer diversas transformações, tanto em relação às pesquisas acadêmicas quanto à prática pedagógica, no sentido de romper com a valorização do desempenho esportivo como único objetivo na escola. (DARIDO, 2005).

Em 1996, com a reformulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN - 9394/96), há uma ressignificação da concepção de componente curricular, e, a

Educação Física passa a ser entendida como disciplina curricular. (PALMA; OLIVEIRA; PALMA, 2010).

Com a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs/1997), percebemos uma tentativa concreta de estruturação do componente curricular, uma vez que há uma proposta de sistematização e organização do conteúdo, inclusive em relação à Educação Física escolar.

Os PCNs, por se tratar de um documento oficial do Governo Brasileiro, se constituem como um referencial para a educação do país, tratando-se de uma proposta acompanhada de orientações gerais sobre o que se ensinar e aprender em cada etapa de escolarização (GAIO et al, 2010), o que parece, de maneira geral, ir ao encontro das aspirações da Educação Física na década de 1980.

Tendo como referência a LDBEN/96 e os PCNs/97, percebemos um avanço quanto ao fortalecimento do campo educacional e, particularmente no caso da Educação Física, foi possível constatar a tentativa de oportunizar para a área uma proposta de estruturação curricular que contemplasse a diversidade dos conteúdos. Fica evidente, que a partir da década de 90 do século XX, houve um crescimento no que tange às reflexões e tentativas de sistematizações curriculares para a Educação Física escolar.

Ao acessarmos os *sites* de Secretarias Estaduais de Educação de diversos estados brasileiros: Goiás, Minas Gerais, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Rondônia, dentre outros, pudemos encontrar propostas curriculares disponíveis em suas páginas. Identificamos, ainda, propostas curriculares adotadas pelas Secretarias Municipais de Educação em diversas cidades da federação, dentre os quais podemos citar: São Luís-MA, Goiânia-GO, Boa Vista-RR, Campo Grande-MS e Cuiabá-MT (SAMPAIO, 2010).

As propostas elaboradas pelas secretarias estaduais e municipais, a LDBEN/96 e os PCNs, caminham no sentido de propiciar ao professor de Educação Física elementos que possam contribuir para a sua prática pedagógica, possibilitando uma sistematização curricular e organização dos conteúdos que se contraponham ao conteúdo nas aulas de Educação Física pautado no princípio do rendimento e na perspectiva da esportivização.

Nesse sentido, é fundamental compreendermos, como, atualmente, o conteúdo curricular da Educação Física escolar está organizado, uma vez que estudos de Betti, Ferraz e Dantas (2011) têm chamado a atenção para a necessidade de ampliarmos as pesquisas e intervenções junto a este campo de atuação profissional, a fim de que se possa entender, refletir e intervir positivamente no cotidiano da escola.

Para tal, o presente estudo tem como objetivo compreender o processo de implantação da proposta curricular para a Educação Física no Ensino Fundamental, bem como identificar a organização curricular dos conteúdos para a área na rede municipal de Educação da cidade de Catalão-GO.

### **Método**

A pesquisa de natureza qualitativa, documental e descritiva (GIL, 2007), foi realizada na cidade de Catalão-GO. Participaram da investigação oito professores de Educação Física do Ensino Fundamental da rede pública municipal de ensino e a coordenadora pedagógica da Secretaria Municipal de Educação (SME) do município, os quais atenderam aos seguintes critérios de inclusão: a) ser efetivo; b) exercer a atividade de docência em Educação Física no Ensino Fundamental durante o período da pesquisa; c) exercer a atividade de coordenador(a) pedagógica junto à SME; d) aceitar participar da pesquisa; e) assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

Para a análise documental, foi feito o estudo do documento oficial do município que orienta a proposta curricular para a Educação Física, intitulado “*Currículo Referência experimental de Educação Física para o Ensino Fundamental*”. Este documento foi elaborado e adotado pelo estado de Goiás e, devido ao fato da SME de Catalão não ter construído até o ano de 2013 uma proposta curricular própria, o mesmo foi adotado no município.

Também foi realizada uma entrevista com os oito professores e a coordenadora pedagógica. As entrevistas realizadas com os sujeitos da pesquisa apresentaram, em seu roteiro, informações relativas: a) a forma de construção da proposta curricular para a Educação Física no município; b) à organização curricular dos conteúdos da Educação Física escolar.

A interpretação dos dados tanto do documento curricular da SME e das entrevistas realizadas com os sujeitos da pesquisa, foi Análise de Conteúdo proposta por Minayo (2002). A referida técnica é composta por dois momentos: o primeiro diz respeito à elaboração das unidades de registro. Essas unidades referem-se aos elementos obtidos através da decomposição do conjunto da mensagem, a partir de uma palavra, uma frase, uma oração ou um tema.

Escolhidas as unidades de registro, passamos para a constituição do segundo momento da análise de conteúdo e, a elaboração das categorias, que significa agrupar

elementos, ideias ou expressões com características comuns em torno de um conceito capaz de representá-las. (MINAYO, 2002).

O projeto de pesquisa foi encaminhado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), com o número de registro: 2648/2013.

## **Resultados e Discussões**

De posse do documento “*Currículo Referência Experimental de Educação Física para o Ensino Fundamental*”, adotado pela SME de Catalão, iniciamos as leituras para conhecermos o teor do texto e posteriormente realizamos anotações para identificarmos os elementos presentes no mesmo. Procurando organizar a apresentação e a interpretação deste documento, optamos por expor nossa análise focando duas categorias de análise: **a)** a caracterização e o processo de implantação e **b)** a distribuição dos eixos temáticos e conteúdos presentes no documento.

Quanto a **caracterização da proposta curricular e ao processo de implantação na rede**, a partir das leituras do documento, identificamos na primeira folha a informação de que o mesmo se caracteriza como um recorte das matrizes curriculares do documento “*Educação Física - Caderno 5 – Reorientação Curricular do 1º ao 9º ano da Série Currículo em Debate – Seduc/GO*”, matriz esta elaborada pela Gerência de Desporto Educacional, lotada na Superintendência de Desporto Educacional, a qual encontra-se alocada na Secretaria de Estado de Educação de Goiás.

Ficamos por entender qual seria o motivo da SME de Catalão em adotar uma proposta curricular elaborada pelo e para o estado de Goiás. Este fato nos foi esclarecido durante as entrevistas, na qual foi relatado pelo Sujeito 09 que o atual Secretário Municipal de Educação de Catalão, encontrava-se anteriormente como Subsecretário Regional de Educação (órgão vinculado à Secretaria Estadual de Educação), e ao assumir a SME, implantou a proposta curricular elaborada pelo Estado, intitulada “*Currículo Referência experimental de Educação Física para o Ensino Fundamental*”.

Corroborando com o parágrafo anterior, identificamos que a referida proposta curricular foi adotada pela SME, não sendo, portanto, uma elaboração idealizada pelos professores de Educação Física e pela coordenação pedagógica da rede municipal de Educação de Catalão-GO, como diz o **S9**: “*O documento que nós temos de proposta curricular para a educação física que a gente inclusive utiliza na nossa rede é exatamente*

*o Currículo Referência, que foi construído pela rede estadual através de um trabalho em conjunto com os professores, e que nós estamos utilizando este trabalho que foi feito pelos professores da rede estadual”.*

O teor textual nas duas primeiras folhas do documento em análise, aponta para uma proposta curricular pautada em uma perspectiva transformadora quanto: a) as indicações ao planejamento devem ser relacionadas com o Projeto Político Pedagógico da unidade escolar; b) a orientação metodológica para as intervenções pedagógicas para o desenvolvimento da aula deve ocorrer em três momentos; c) a diversidade dos eixos temáticos e conteúdos básicos do componente curricular Educação Física; d) aos princípios pedagógicos da concepção da área.

Ao analisarmos as referências que subsidiaram a elaboração do documento em questão, constatamos ser a Pedagogia Histórico-Crítica a perspectiva teórica presente na proposta curricular implantada pela SME de Catalão-GO, por identificarmos referências como Coletivos de Autores (1992) ou Gasparin (2002), que se apoiam nesta concepção.

Ao direcionarmos nosso foco para os procedimentos de implantação, não identificamos no documento nenhuma informação quanto à realização de uma consulta aos professores de Educação Física da rede municipal de Educação quanto à elaboração, implantação e discussão sobre a referida proposta.

Tal situação reforça a ideia de que apesar do referido documento apresentar expressões e palavras como “apreensão crítica”, “eixos temáticos”, “problematizado”, “diálogo”, “respeito mútuo”, “participação”, “reflexões”, “princípios”, as quais caracterizam uma perspectiva crítico-reflexiva, no ato da sua elaboração e implantação, a comunidade escolar (professores de Educação Física e coordenação pedagógica) da SME não foi consultada quanto à adoção da proposta curricular elaborada pelo Estado, reforçada no depoimento do **S8** ao dizer que: *“Me entregaram esse documento e até tenho arquivado nas minhas coisas, mas é o do Estado e falou que o município estaria aderindo a este mesmo padrão de currículo.”*

Tal ação caminha como um indicativo de que a autonomia da escola e dos agentes que a constitui, no nosso caso a coordenação pedagógica e os professores de Educação Física da SME, não se fez garantida. Cavagnari (2005, p. 97) enfatiza que a escola para ser autônoma necessita de liberdade garantida em legislação, de condições de recursos humanos, materiais e financeiros, e “principalmente da competência técnica e do compromisso profissional dos educadores além de liberdade”.

Sentimos ainda, ser incipiente a consolidação da autonomia por parte dos professores de Educação Física da SME de Catalão. Enquanto categoria, precisamos assumir esta autonomia coletivamente, o que significa não eliminar as diferenças, mas nos unirmos coletivamente em prol de anseios comuns.

Ao tratarmos da **distribuição dos eixos temáticos e conteúdos** presentes no “*Currículo Referência experimental de Educação Física para o Ensino Fundamental*” adotado pela SME, identificamos a organização dos conteúdos em seis eixos temáticos a saber: Corpo, Movimento e Saúde; Jogos e Brincadeiras da Cultura Popular; Ginástica e suas Manifestações Culturais; Dança, Cultura Popular e Criação; Esporte e a Construção da Cidadania; Lutas e suas Manifestações Culturais. Todos os eixos temáticos aparecem em cada série, exceto, o último eixo temático que é garantido na segunda fase do Ensino Fundamental.

Os conteúdos contemplados em cada eixo temático, são os mesmos em todos os anos de ensino, ou seja, do 1º ao 9º ano não aparenta em sua maioria, diferença significativa dos conteúdos a serem ensinados. Identificamos apenas duas situações significativas quanto à distribuição dos conteúdos: a primeira refere-se à inserção da atividade física, promoção da saúde e qualidade de vida no 8º e 9º ano; a segunda refere-se à inserção dos conteúdos inerentes às lutas na segunda fase do Ensino Fundamental.

A organização dos conteúdos apresentada na proposta curricular da Educação Física para a SME, não explicita para o professor quais os conhecimentos a serem ensinados e apreendidos em cada conteúdo.

Elucidando o exposto no parágrafo anterior, identificamos por exemplo, que o conteúdo “Jogos de Tabuleiro (dama, xadrez, etc)” presente no eixo temático “Jogos e Brincadeiras da Cultura Popular”, aparece do 2º ao 9º ano, exceto no 6º ano, não sendo orientado ao professor e ao aluno qual conhecimento do xadrez ou da dama especificamente deve ser ensinado e apreendido em cada ano, o que caracteriza uma repetição do conteúdo em todos os anos em que estão inseridos.

No eixo temático Esporte e a Construção da Cidadania, os conteúdos a serem desenvolvidos são os esportes individuais e os coletivos e suas derivações. O fato é que, os esportes: atletismo, natação, voleibol, handebol, futebol, basquetebol, futebol de rua, vôlei de areia, aparecem em todo o Ensino Fundamental (primeira e segunda fase) e não é especificado ou orientado, quais as características de cada esporte que são desenvolvidas gradativamente em cada série/ano. Ou seja, repete-se a situação que vivenciamos há 25/30

anos quando cursamos a Educação Física na Educação Básica, o mesmo conteúdo ensinado em uma determinada série não se diferenciava nas séries subsequentes.

A situação apresentada no parágrafo anterior também é identificada nos demais eixos temáticos do documento referente à proposta curricular implantada no município de Catalão para a Educação Física, sendo constatado que em determinados momentos não há nenhuma diferenciação quanto aos conteúdos, bem como o que se deve identificar e vivenciar por parte do aluno, conforme mostra o Quadro 1.

Quadro 1 – Apresentação dos Conteúdos Idênticos nos anos escolares

<b>Ano</b>	<b>I Bimestre</b>	<b>II Bimestre</b>	<b>III Bimestre</b>	<b>IV Bimestre</b>
2º Ano			Os conteúdos do eixo temático: Dança, Cultura Popular e Criação são idênticos ao 1º ano	Os conteúdos do Eixo Temático: Esporte e a Construção da Cidadania são idênticos ao 1º ano.
3º Ano	Os conteúdos dos eixos temáticos: Corpo, Movimento e Saúde e Jogos e Brincadeiras da Cultura Popular são idênticos ao 2º ano.	Os conteúdos do eixo temático: Ginástica e suas Manifestações Culturais são idênticos ao 2º ano.	No eixo temático: Dança, Cultura Popular e Criação acrescentou-se duas ações em relação ao 2º ano	Os conteúdos do Eixo Temático: Esporte e a Construção da Cidadania são idênticos ao 2º ano.
7º Ano			Os conteúdos do eixo temático: Dança, Cultura Popular e Criação são idênticos ao 6º ano	Os conteúdos do Eixo Temático: Esporte e a Construção da Cidadania são idênticos ao 6º ano, no que se refere aos esportes coletivos
9º Ano	Os conteúdos dos eixos temáticos: Corpo, Movimento e Saúde e Jogos e Brincadeiras da Cultura Popular são idênticos ao 8º ano.	Os conteúdos do eixo temático: Ginástica e suas Manifestações Culturais são idênticos ao 8º ano.	Os conteúdos do eixo temático: Dança, Cultura Popular e Criação são idênticos ao 8º ano	Os conteúdos dos Eixos Temáticos: Esporte e a Construção da Cidadania e Lutas e suas Manifestações Culturais são idênticos ao 8º ano.

Fonte: Documento: Currículo Referência experimental de Educação Física para o Ensino Fundamental adotado pela SME” - (Adaptado)

Nos demais anos a presença da repetição dos conteúdos ocorre em determinados momentos ora com maior frequência, ora em menor grau. Por exemplo, ao analisarmos os conteúdos no eixo temático Ginástica e suas Manifestações Culturais, identificamos que a única diferença do 4º para o 3º ano, está na inclusão da ação: compor e apresentar frases por meio de gestos (frases gestuais) no 4º ano, sendo idênticos os demais conteúdos e ações neste eixo temático para as duas séries.

Em um estudo realizado por Rosário e Darido (2005) com professores de Educação Física de escolas públicas e particulares das cidades de Rio Claro-SP e Santa Gertrudes-SP, constatou-se que os professores não fazem modificações na sequência dos conteúdos de uma série para outra. De acordo com os docentes pesquisados, o que varia não são os conteúdos, mas o grau de profundidade com que eles são tratados, aumentando gradativamente a complexidade técnica e tática, se aproximando do que é verificado nas práticas corporais e esportivas de alto rendimento.

Rosário e Darido (2005) sugerem que os conteúdos possam até estar presentes em todas as séries, no entanto, deve-se variar o ensino-aprendizagem das dimensões dos conteúdos, pois, ao se utilizar uma mesma sequência pedagógica em diferentes séries pode impossibilitar a abrangência de uma maior quantidade de vivências e conhecimentos. Acreditamos que o formato como está organizado o conteúdo da Educação Física escolar pela SME caminha para uma ênfase na repetição dos conteúdos a serem ensinados.

Outro fator que nos chamou atenção na proposta adotada pela SME, foi a esquematização dos conhecimentos em quatro bimestres para cada série do Ensino Fundamental.

Tendo como referência que o município possui duas aulas de Educação Física por semana com duração de 48min cada aula, acreditamos que a carga horária de cada bimestre não seja suficiente para garantir o ensino e a aprendizagem de forma que possibilite um tempo maior para que o aluno vivencie, experimente, interprete e apreenda a diversidade de conteúdos apresentados na proposta do município.

Ao consultarmos publicações que tematizam sobre proposta curricular para a Educação Física, estudos de Grespan (2012), Freire e Scaglia (2009), Palma, Oliveira e Palma (2010), dentre outros, caminham na perspectiva de relatar a diversidade de propostas e possibilidades na elaboração de uma matriz curricular para a Educação Física, que deve possuir coerência entre seus objetivos, referencial teórico, estratégias de ensino, mas acima de tudo ser construída coletivamente pelos agentes envolvidos diretamente no



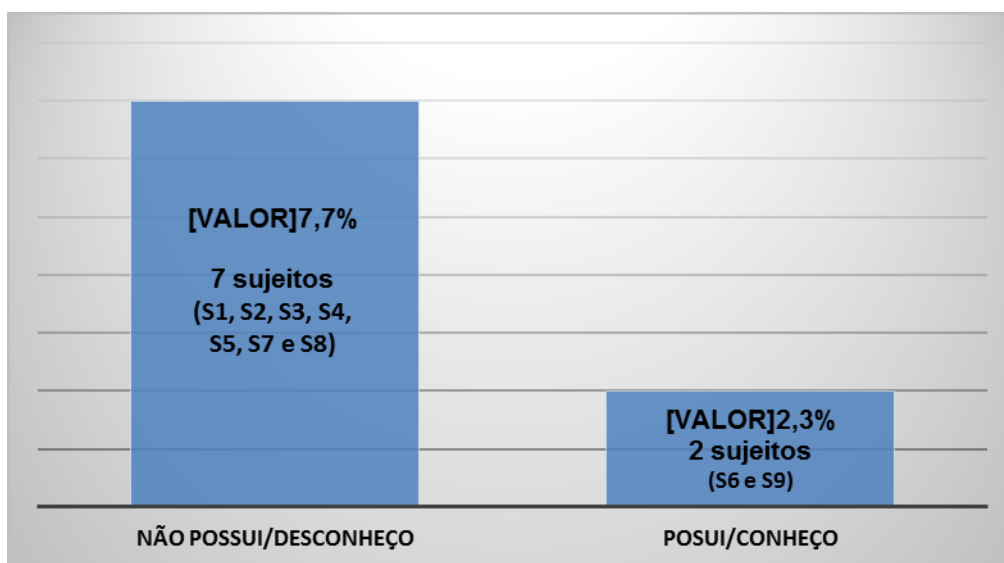
processo: professores, alunos, coordenação pedagógica, fato este ainda não materializado na SME de Catalão.

Ao direcionarmos nosso olhar para os sujeitos da pesquisa, procuramos saber se os mesmos conheciam e tinham acesso à proposta curricular implantada pela SME. Constatamos que somente os **sujeitos 6 e 9** informaram conhecer e ter acesso ao documento curricular implantado pela SME (Gráfico 1). Destes, apenas o **sujeito 9** relatou conhecer como se deu a construção do documento: “[...] foi construído pela rede estadual através de um trabalho em conjunto com os professores [...]. Então, pegamos esse material que já tinha sido previamente construído pelos professores do Estado”.

Embora o **sujeito 6** tenha informado conhecer o documento curricular implantado pela SME, o mesmo desconhece o processo de sua elaboração: “Não sei te informar. Porque ele foi passado para nós. Então, eu não sei de onde eles conseguiram esse programa, só sei que eles passaram pra gente”.

Do total de **nove sujeitos** da pesquisa, **77,7%** dos entrevistados relataram não saber se o município possuía documento curricular para a EF escolar (Gráfico 1). Ou seja, **sete docentes** (S1, S2, S3, S4, S5, S7 e S8) desconhecem a existência de tal documento e o processo de construção do mesmo, como relatado pelo **S4**: “[...] se tem eu desconheço, porque eu não tive acesso. Inclusive quando eu entrei não tive nenhuma orientação em que sentido eu seguir, como caminhar com minhas aulas. Então, dou minhas aulas de acordo com o material que eu tenho”.

Gráfico 1 – Número de sujeitos que conhecem ou não o documento da SME



Fonte: Coleta de Dados, 2014

Uma vez constatado, nos depoimentos de **oito sujeitos do estudo** (S1, S2, S3, S4, S5, S6, S7 e S8), que os mesmos desconhecem o processo de elaboração da proposta curricular implantada pela SME de Catalão-GO, comprovamos, portanto, uma ação não democrática por parte da SME na implementação de tal proposta.

A democracia pressupõe a participação de diferentes membros de uma sociedade, ou de segmentos de uma sociedade, nos processos decisórios (elaborar, materializar, avaliar, reformular, refutar) que dizem respeito à sua vida cotidiana (OLIVEIRA, 2005). Fato este negado aos professores de Educação Física da SME de Catalão quanto à implantação do Referencial Curricular para a Educação Física no Ensino Fundamental.

Como incentivar a democracia, o diálogo, a socialização das informações de forma autônoma no interior da escola, se ao próprio corpo docente da Educação Física escolar foi renegado este processo? A nosso ver, esta situação precisa ser repensada, e acreditamos ser possível dialogarmos com a SME sobre este ponto, pois o **sujeito 9** se mostrou sensibilizado quanto a este aspecto: *“Então, a gente tem que criar este espaço de discussão, que tendo o Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC) dos professores de Educação Física [...]. A outra é a construção desse currículo, que a gente aproveite, que de repente eles não comecem do zero, mas que a gente aproveite aquilo que já estava utilizando. Mas, que a gente consiga construir a nossa proposta, que realmente vai atender as nossas necessidades.”*

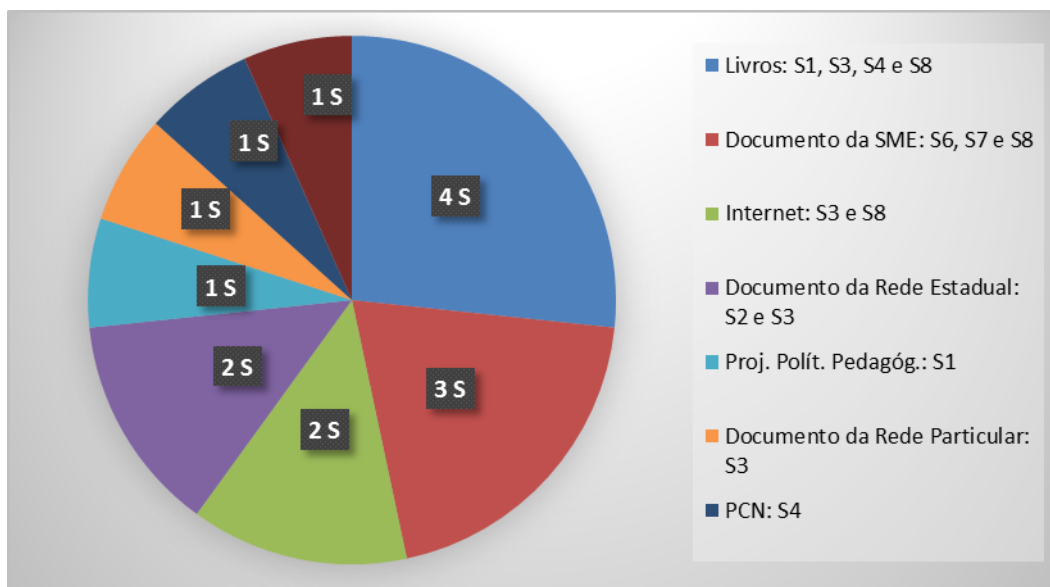
Se conseguirmos consolidar o HTPC para os professores de Educação Física, visualizamos a tentativa de uma prática democrática de gestão, que tem no planejamento participativo a forma de integrar interesses individuais e garantir a representação de aspirações coletivas (PINHEIRO, 2005).

Quando atentamos para o fato de compreender se os sujeitos da pesquisa utilizam um documento ou referencial para definir o que é ensinado em cada série, bem como os conteúdos que são organizados por série, **seis entrevistados** (S2, S3, S4, S6, S7 e S8) alegaram recorrer a documentos elaborados por órgãos vinculados à Educação, a saber: documento da SME (S6, S7, S8), documento da rede estadual (S2 e S3) e o PCN (S4). E **um** docente (S1) diz recorrer ao projeto político pedagógico da escola (Gráfico 2).

Outras fontes apareceram nos depoimentos de **quatro** integrantes da pesquisa (S1, S3, S4 e S8) como apoio no momento de definirem o que é ensinado em cada série:

consulta a livros (S1, S3, S4, S8), pesquisa na internet (S3 e S8) e auxílio de material escrito da rede particular de ensino (S3), conforme representado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Distribuição das fontes utilizadas para a escolha e organização dos conteúdos.



Fonte: Coleta de Dados, 2014.

Um fato que despertou nosso interesse, diz respeito ao aspecto de somente um sujeito da **pesquisa (S4)** fazer menção aos PCNs, o que a nosso ver, causa certa estranheza. Por se tratar de um documento nacional que foi distribuído em todo o território brasileiro, por encontrar-se disponibilizado na íntegra no site do Ministério da Educação e por se caracterizar como um referencial para a organização curricular da Educação Física escolar, acreditávamos que o referido documento fosse lembrado por uma maior quantidade dos docentes sujeitos deste estudo, uma vez que

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física trazem uma proposta que procura democratizar, humanizar e diversificar a prática pedagógica da área, buscando ampliar, de uma visão apenas biológica, para um trabalho que incorpore as dimensões afetivas,

cognitivas e socioculturais dos alunos. Incorpora, de forma organizada, as principais questões que o professor deve considerar no desenvolvimento de seu trabalho, subsidiando as discussões, os planejamentos e as avaliações da prática de Educação Física nas escolas. (BRASIL, 1997, p15)

Portanto, constatamos que embora a SME de Catalão tenha implantado uma proposta curricular para a Educação Física escolar, os professores sujeitos deste estudo não utilizam tal proposta como referência para selecionar e organizar os conteúdos das aulas.

### **Conclusão**

O “*Currículo Referência Experimental de Educação Física para o Ensino Fundamental*” da SME de Catalão, caracteriza-se como um recorte da proposta elaborada pela Secretaria de Estado da Educação de Goiás e, quanto aos procedimentos de sua implantação na rede, desconsiderou-se a consulta, os anseios, as demandas e o diálogo com os professores de Educação Física e com as unidades escolares, ocorrendo portanto, de forma linear, ignorando a autonomia da própria escola da rede municipal.

A referida proposta é desconhecida por sete sujeitos dos nove participantes deste estudo e, desconhecem menos ainda o processo de elaboração da proposta implantada pela SME.

A maioria (sete) dos sujeitos pesquisados relataram buscar apoio em documentos curriculares de órgãos vinculados à Educação, no projeto político-pedagógico, em livros e consultas na internet, no momento de selecionarem e organizarem os conteúdos a serem ensinados nas séries do Ensino Fundamental.

Concluimos que há um descompasso entre o que é instituído/proposto pela SME com o que é materializado no dia a dia do professor de Educação Física, pois todos os docentes deste estudo apresentam uma organização curricular diferente da indicada na proposta implantada pela rede municipal de Educação de Catalão para a Educação Física escolar.

O grande nó que precisa ser desatado, a nosso ver, percebido no caminhar desta pesquisa, é que não entendemos o porquê de se ter uma proposta curricular implantada, e, efetivamente ela não se materializa no dia a dia do professor de Educação Física na(s) escola(a) em que atua(m) profissionalmente. Este talvez seja um limite deste estudo.

Esperamos, com as conclusões aqui levantadas, estimular novos estudos, novas interpretações e incisivas intervenções acerca da constituição e efetivação de propostas

curriculares para a Educação Física escolar, para que através deste debate, se possa presenciar de fato a Educação Física que almejamos.

## Referências

- BETTI, M. **Educação Física e sociedade: A Educação Física na escola brasileira**. 2. ed., São Paulo: Hucitec, 2009.
- BETTI, M.; FERRAZ, O. L.; DANTAS, L. E. P. B. T. Educação Física Escolar: estado da arte e direções futuras. **Rev. bras. Educ. Fís. Esporte**, São Paulo-SP, v. 25, p. 102-115 – N. esp., dez. 2011.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília-DF: MEC, 1996.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**. Vol. 7, Brasília-DF: MEC/SEF, 1997.
- CAVAGNARI, L. B. Projeto Político-Pedagógico, Autonomia e Realidade Escolar: Entraves e Contradições. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de (Org.). **Escola: Espaço do projeto político-pedagógico**. 8. ed. Campinas-SP: Papirus, p. 95-112, 2005.
- COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do ensino da Educação Física. São Paulo: Cortez, 1992.
- DARIDO, S. C. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). In: JAIME GONZÁLEZ, Fernando; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. (Org.). **Dicionário Crítico de Educação Física**. Ijuí-RS: Unijuí, p. 311-33, 2005.
- FREIRE, J. B.; SCAGLIA, A. J. **Educação como prática corporal**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2009.
- GAIO, R.; ALMEIDA, C.; SIMÕES, R.; BELO, A. Z.; PASCOAL, M.; MOREIRA, W. **Ginástica e dança no ritmo da escola**. Vázea Paulista-SP: Fontoura, 2010.
- GASPARIN, J.L. Uma didática para a Pedagogia Histórico-Crítica. Campinas: Autores Associados, 2002.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. 8. reimp. São Paulo-SP: Atlas, 2007.
- GRESPLAN, M. R. **Educação Física no ensino fundamental: primeiro ciclo**. 4. ed. Campinas-SP: Papirus, 2012.
- MARINHO, I. P. **História da Educação Física no Brasil**. São Paulo-SP: Cia Brasil Editora, 1980.

MARINHO, I.P. Lugar da Educação Física no plano educacional. In: GOELLNER, S. V. (Org.). **Inezil Penna Marinho**: coletânea de textos. Porto Alegre-RS: UFRGS/CBCE, p.35-59, 2005.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

OLIVEIRA, I. B. de. Sobre a Democracia. In: OLIVEIRA, I. B. de; GONDRA, J. G.; HOUSSAYE, J.; SGARBI, P. S. (Org.). **A democracia no cotidiano da escola**. 3. ed. Rio de Janeiro: RJ, p. 11-33, 2005.

PALMA, Â. P. T. V.; OLIVEIRA, A. A. B.; PALMA, J. A. V. **Educação Física e a organização curricular**: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio. 2. ed. Londrina-PR: Eduel, 2010.

PINHEIRO, M. E. A Ação Coletiva como Referencial para a Organização do Trabalho Pedagógico. In: VEIGA, I. P. A.; RESENDE, L. M. G. de (Org.). **Escola**: Espaço do projeto político-pedagógico. 8. ed. Campinas-SP: Papyrus, p. 75-94, 2005.

ROSÁRIO, L. F. R.; DARIDO, S. C. A sistematização dos conteúdos da educação física na escola: a perspectiva dos professores experientes. **Motriz**, Rio Claro-SP, v.11, n. 3, p. 167-178, set./dez. 2005.